

**Processo nº** 10.998-3/2013  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Institui sistemática de identificação e registro do volume dos recursos fiscalizados e dos benefícios das ações de controle externo do TCE/MT, define responsabilidades e dá outras providências.  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 11-6-2013 - Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2013**

**Institui sistemática de identificação e registro do volume dos recursos fiscalizados e dos benefícios das ações de controle externo do TCE/MT, define responsabilidades e dá outras providências.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71 da Constituição Federal, artigo 47 da Constituição Estadual, artigo 4º, inciso VI, da Lei Complementar nº 269/2007 e artigo 81, inciso II, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e;

**Considerando** os objetivos estratégicos de “Fortalecer a credibilidade do TCE-MT como guardião da gestão dos recursos públicos” e de “Garantir qualidade e celeridade ao controle externo”; e,

**Considerando** a necessidade de dar transparência ao volume de recursos fiscalizados e aos benefícios das ações de controle externo realizadas pelo TCE/MT.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instituir a sistemática de identificação e registro do volume dos recursos fiscalizados e dos benefícios das ações de controle externo no âmbito do TCE/MT, nos termos desta Resolução Normativa.

**Art. 2º.** Para os fins do disposto nesta Resolução Normativa, considera-se:

**I** - ação de controle externo: toda ação empreendida para a consecução da missão institucional do TCE-MT, no âmbito de suas funções finalísticas;

**II** - volume dos recursos fiscalizados: valor nominal total dos atos efetivamente fiscalizados pelo TCE/MT;

**III** - benefício das ações de controle externo: resultado das ações de controle externo, podendo ser expresso em termos financeiros ou não;

**IV** - propostas de encaminhamento: destina-se ao registro das proposições da equipe ao Relator, no relatório conclusivo de auditoria, correspondentes às medidas preventivas, corretivas ou materiais que possam ser adotadas para os fatos identificados;

**V** - proposta de benefício potencial: benefício identificado pela unidade técnica e relacionado às propostas de encaminhamento inseridas nos relatórios de auditoria, mas ainda não apreciadas pelo Relator ou pelo colegiado competente;

**VI** - benefício potencial: benefício decorrente de deliberação do Tribunal cujo cumprimento ainda não foi verificado;

**VII** - benefício efetivo: benefício decorrente do cumprimento de deliberação ou antecipado no âmbito administrativo em razão de processo em andamento.

**Parágrafo único.** O benefício da ação de controle externo será quantitativo, podendo ser financeiro, se expresso em moeda, ou não financeiro, se expresso em outras unidades de medida; ou qualitativo, se a quantificação for inviável ou totalmente subjetiva.

**Art. 3º.** Caberá à Secretaria de Controle Externo responsável pela ação de controle:

**I.** registrar, obrigatoriamente, nos relatórios de auditoria:

**a)** o volume dos recursos fiscalizados;

**b)** os benefícios quantitativos efetivados durante a ação de controle, por iniciativa dos gestores e antes da deliberação do Tribunal;

**c)** os benefícios de natureza quantitativa efetivados a partir de deliberação do Tribunal, confirmados em sede de monitoramento, exceto os relativos à imputação de débitos e aplicação de multas;

**d)** as propostas de encaminhamento e as respectivas propostas de benefícios potenciais de natureza quantitativa;

**e)** as conclusões decorrentes do monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações do TCE/MT pelos responsáveis.

**II.** Monitorar o cumprimento das determinações e recomendações do Tribunal pelos responsáveis;

**III.** Registrar no sistema eletrônico o volume dos recursos fiscalizados, as propostas de benefícios potenciais quantitativos, os benefícios efetivos e as conclusões decorrentes do monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações do TCE/MT, previamente à remessa do processo com o relatório conclusivo de auditoria ao Relator.

**§ 1º.** As propostas de encaminhamento das quais resultem benefícios potenciais qualitativos poderão constar dos relatórios de auditoria, a critério da unidade técnica.

**§ 2º.** Os Secretários de Controle Externo, no despacho ao Relator, deverão se manifestar acerca do volume de recursos fiscalizados, das propostas de encaminhamento, das

propostas de benefícios potenciais e dos benefícios efetivos apresentados pelas equipes técnicas nos relatórios conclusivos de auditoria.

**Art. 4º.** Nas deliberações do Relator, das Câmaras ou do Tribunal Pleno deverão ser fixados os prazos a serem observados pelos responsáveis para o cumprimento das determinações e recomendações, para o recolhimento dos débitos imputados, para o pagamento de multas e para o cumprimento de outras sanções.

**Art. 5º.** Além das responsabilidades definidas para as Secretarias de Controle Externo no art. 3º, caberá às demais unidades do TCE/MT:

**I.** ao Gabinete da Presidência, homologar o relatório consolidado do volume dos recursos fiscalizados e dos benefícios de controle externo apresentado pela Secretaria Geral de Controle Externo e determinar a ampla divulgação;

**II.** ao Gabinete do Relator, propor, no Voto do Relator, as determinações e recomendações, a imputação de débitos, a aplicação de multas e outras sanções aos responsáveis, assegurando o cumprimento do disposto no artigo 4º;

**III.** À Secretaria Geral do Tribunal Pleno:

**a)** fazer constar nas decisões das Câmaras e do Tribunal Pleno as determinações e recomendações, a imputação de débitos, a aplicação de multas e outras sanções aos responsáveis, bem como a fixação dos prazos a que se refere o art. 4º;

**b)** registrar no sistema eletrônico as decisões a que se refere a alínea anterior e os respectivos benefícios potenciais quantitativos, quando for o caso.

**IV.** Ao Comitê Técnico, deliberar sobre as propostas de encaminhamento apresentadas pela Secretaria Geral de Controle Externo e Secretaria de Desenvolvimento do Controle Externo voltadas à implementação desta Resolução Normativa;

**V. À Secretaria Geral de Controle Externo:**

**a)** coordenar o processo de implantação da sistemática a que se refere esta Resolução Normativa;

**b)** propor à Presidência a sistemática de divulgação do volume de recursos fiscalizados e dos benefícios de controle externo no âmbito do TCE/MT;

**c)** controlar a qualidade dos registros efetuados no sistema eletrônico;

**d)** elaborar relatório consolidado do volume dos recursos fiscalizados e dos benefícios de controle externo, especialmente os de maior materialidade, e submetê-los à Presidência, para fins de homologação e divulgação.

**VI. À Secretaria de Desenvolvimento de Controle Externo:**

**a)** propor à Secretaria Geral de Controle Externo termo de referência a ser deliberado no âmbito do Comitê Técnico, visando à definição dos procedimentos de controle externo necessários ao cumprimento desta Resolução Normativa;

**b)** orientar os profissionais de controle externo e expedir informações técnicas, dando-lhes ampla divulgação;

**c)** coordenar o desenvolvimento do sistema eletrônico a que se refere esta Resolução Normativa.

**VII. Ao Núcleo de Certificações e Controle de Sanções:**

**a)** acompanhar o cumprimento das decisões do Tribunal das quais resultem imputação de débitos e aplicação de multas;

**b)** manter registros atualizados no sistema eletrônico das decisões a que se refere a alínea anterior, incluindo as demais sanções de natureza diversa à aplicação de multas.

**VIII.** À Secretaria de Tecnologia da Informação, desenvolver o sistema eletrônico a que se refere esta Resolução Normativa, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento do Controle Externo;

**IX.** À Assessoria Especial de Comunicação, dar ampla divulgação ao volume dos recursos fiscalizados e aos benefícios de controle externo;

**X.** À Secretaria de Gestão, disponibilizar os recursos necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta Resolução Normativa.

**Art. 6º.** Até que o sistema eletrônico esteja adequado à sistemática de que trata esta Resolução Normativa, o volume dos recursos fiscalizados e os benefícios de controle externo constarão exclusivamente dos relatórios de auditoria e das deliberações do TCE/MT e, quando relevantes, informados à Secretaria Geral de Controle Externo pelo Gabinete do Relator, para fins de consolidação, previamente à homologação e divulgação pela Presidência.

**Art. 7º.** Para fins de transparência, o TCE/MT também divulgará indicadores de resultados relativos às seguintes atividades:

**I.** Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI;

**II.** Avaliação de resultados de políticas públicas;

**III.** Orientações em consultas formais e informais;

**IV.** Capacitações de agentes públicos;

**V.** Programa Consciência Cidadã;

**VI.** Demais atividades das quais decorram indicadores de resultados.

**Art. 8º.** Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando os seus efeitos:

I. na elaboração dos relatórios de auditoria das contas do exercício de 2013;

II. nas deliberações singulares, das Câmaras e do Tribunal Pleno relativas à competência 2012 e seguintes, julgadas a partir de 60 dias após a publicação desta Resolução Normativa, no que couber;

III. nas atividades a que se refere o art. 7º, a partir dos resultados relativos ao exercício de 2012.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS e DOMINGOS NETO, o Conselheiro Substituto LUIZ HENRIQUE LIMA, que estava substituindo o Conselheiro HUMBERTO BOSAPO, e ISAIAS LOPES DA CUNHA, que estava substituindo o Conselheiro SÉRGIO RICARDO .

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral de Contas WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR.

**Publique-se.**

**Processo nº** 10.998-3/2013  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Institui sistemática de identificação e registro do volume dos recursos fiscalizados e dos benefícios das ações de controle externo do TCE/MT, define responsabilidades e dá outras providências.  
**Relator Nato** Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 11-6-2013 - Tribunal Pleno

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2013**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 11 de junho de 2013.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI**  
Presidente

**WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR**  
Procurador Geral de Contas